

1. A guerra do Irã: nexo energético da nova geoestratégia global dos Estados Unidos

Dominique Marques¹

Daniel Kosinski²

A mais recente versão da *National Security Strategy* (doravante, NSS) dos Estados Unidos, lançada em novembro de 2025 pelo segundo governo de Donald Trump, propõe, pelo menos, três objetivos centrais.

O primeiro deles é um realinhamento das prioridades geoestratégicas estadunidenses ao redor do planeta. Criticando as

estratégias das administrações anteriores pelo que descreve como um engajamento global “exacerbado”, quanto à sua extensão; e “ineficaz”, quanto aos seus resultados, a presente NSS parece reconhecer – ou aceitar – como um fato consumado a existência de duas “novas” grandes potências no sistema internacional, a China e a Rússia, conjuntamente capazes de impor aos Estados Unidos desafios e custos cada vez mais exorbitantes para um exercício hegemônico global. Dessa forma, ela propõe um engajamento estratégico mais “seletivo”, regional: se, por um lado, pretende reafirmar sem qualquer margem a dúvidas a hegemonia estadunidense naquilo que chama de “Hemisfério Ocidental” – o continente americano –, por outro, almeja reduzir a sua presença militar na Europa e no Oriente Médio com vistas a ampliá-la no Extremo Oriente. Um segundo objetivo da segunda NSS de Trump é o de retomar, para os Estados Unidos, a preeminência global no campo energético – entendido,

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Pós-Doutorado Nota 10 pela FAPERJ (2026). E-mail: dominique_m_souza@live.com

² Professor Adjunto e pesquisador no Departamento de Evolução Econômica (DEE) da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da mesma instituição. E-mail: danskos@gmail.com

essencialmente, como a produção de combustíveis fósseis. Isto é, retomar uma posição de liderança como principal fornecedor mundial de petróleo e seus gases (como o gás natural), meta que se tornou almejável nos últimos anos devido à “revolução” do *shale oil*, o óleo de xisto.

De fato, o enorme salto nessa produção vem permitindo aos Estados Unidos deixar de depender de fontes estrangeiras para o grosso do seu abastecimento e mesmo voltar a ser um grande exportador. Segundo dados do *Atlas of Economic Complexity*, entre 2010 e 2024 os estadunidenses ampliaram suas exportações de petróleo de apenas 0,19% do total mundial para 11,08%, apenas ligeiramente atrás da líder Arábia Saudita (11,35%). Enquanto isso, reduziram suas importações de 22,43% para 14,45% (embora ainda permaneçam expressivas).

Já quanto aos gases de petróleo, a posição global dos Estados Unidos se transformou radicalmente: suas exportações avançaram no mesmo período de 2,97% para 17,30%, assumindo a liderança mundial; ao passo que suas importações recuaram de 8,49% para apenas 2,61%. Um terceiro objetivo central explicitado pela NSS – e tudo indica, o mais prioritário dentre eles – é a proclamação de uma estratégia de cerco e contenção da China, descrita mesmo como uma ameaça “existencial” aos Estados Unidos, seus valores e interesses.

Com efeito, essa estratégia se fundamenta, em primeiro lugar, no emprego de instrumentos que a literatura vem descrevendo como “geoeconômicos”. Por exemplo, pretendem confrontar globalmente o vigoroso ímpeto exportador chinês, visto como força motriz da sua preeminência industrial e do seu enorme e crescente poderio financeiro. Esse é um dos sentidos – o outro é a reconstrução de uma dita “economia de guerra” nos Estados Unidos – da política comercial “protecionista” (ainda que errática) do segundo governo Trump, visando promover o *reshoring* de fábricas e empresas e concorrer globalmente com os produtos chineses. É essa também a finalidade de instar seus aliados industrializados, como os europeus, japoneses e coreanos, a fazerem o mesmo.

Com isso, pretende-se que a China abandone suas práticas descritas como “mercantilistas” e “predatórias”, voltando-se para o consumo interno. Assim, pretendem também reduzir os enormes superávits comerciais chineses e, logo, seus também enormes saldos em contas externas que lhes permitiram compor reservas internacionais avaliadas em trilhões de dólares e, conseqüentemente, empregar uma gigantesca capacidade de investimento no exterior. Assim, a China segue financiando a sua *Belt and Road Initiative*; a aquisição de diferentes infraestruturas críticas (energias, transportes, serviços públicos etc.) ao redor do mundo, como no “Hemisfério Ocidental” que os estadunidenses entendem como crítico para a sua segurança nacional; e ainda, a aquisição – também “denunciada” pela NSS – de muitas empresas produtivas e tecnologias de ponta nos próprios Estados Unidos.

Outro instrumento proposto pela NSS visando minar a aquisição crescente de riqueza e poder pela China é comprometer o seu abastecimento de materiais “críticos”, “estratégicos”, principalmente aqueles indispensáveis para a sua industrialização, urbanização e poderio militar: energias fósseis; minérios, como as chamadas “terras raras”; alimentos e insumos industriais. Conciliada com a iniciativa anterior, temos aqui uma pretensão muito clara de “estrangular” a ascensão chinesa por uma via dupla: comprometendo seus abastecimentos indispensáveis; e também o escoamento, igualmente indispensável, dos seus imensos excedentes de produtos manufaturados. Em resumo, pretendem conter tanto o desenvolvimento material quanto o poderio militar da China sem ter – a princípio – que recorrer à guerra para isso.

O ataque iniciado pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irã, no dia 28 de fevereiro de 2026, foi inicialmente apresentado por Trump sob as justificativas – ou ambições – de destruir os programas nuclear e balístico iranianos, extinguindo suas capacidades ofensivas; eliminar suas principais lideranças, deixando o regime “acéfalo”; ou mesmo promover a sua derrubada numa – mais uma – operação de “*regime change*”. Hoje, meses depois, apesar de diversas tentativas,

nada disso foi alcançado – mesmo com o assassinato do aiatolá Khamenei (já nos primeiros momentos do ataque) e de diversas lideranças políticas e militares iranianas –, configurando, até então, sinais de grande capacidade estratégica iraniana a despeito da sua evidente inferioridade militar.

Não obstante, se retomarmos uma leitura atenta da NSS, o fracasso em alcançar seus objetivos declarados não significa que a guerra contra o Irã não esteja produzindo dividendos estratégicos para os Estados Unidos. O estado de conflagração no Golfo Pérsico gerou uma interrupção quase total no tráfego marítimo pelo Estreito de Ormuz e, conseqüentemente, uma inviabilização da região como fornecedora global de petróleo e gás natural. Existem também danos, em dimensões ainda desconhecidas, à infraestrutura energética da região como poços, plataformas *onshore* e *offshore*, refinarias, oleodutos, gasodutos, portos e terminais de armazenagem. Analistas do campo têm afirmado que, mesmo com a assinatura de um acordo de paz entre as partes, é provável que não haja recuperação plena das infraestruturas e “normalização” dos fluxos comerciais da região durante anos – sem descartar a possibilidade de que os temores quanto à retomada do conflito produzam uma sensação crônica de insegurança que afaste investimentos e encareça significativamente, ou mesmo inviabilize, os fretes marítimos pela área.

Portanto, a médio e longo prazos, esses analistas preveem uma elevação ainda mais substancial e duradoura nos preços internacionais do petróleo e seus gases do que a ocorrida nas últimas semanas. Com isso, as indústrias do *shale oil* e do gás natural líquido dos Estados Unidos (e também em outros países, como o Canadá) serão fortemente beneficiadas, pois seus custos de produção são bastante elevados. Nesse cenário, teríamos então uma redução da importância, ou mesmo a saída de cena por tempo indeterminado, de grandes fornecedores como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Iraque, Qatar, quiçá o próprio Irã; de outro lado, teríamos fortes incentivos ao crescimento da produção e das exportações dos próprios Estados Unidos. Ou seja, o comprometimento da

concorrência do Oriente Médio apoiaria significativamente o objetivo da NSS de alçar os Estados Unidos à desejada preeminência energética global.

É nesse ponto, argumentamos, que o controle crescente dos Estados Unidos sobre as fontes globais de energias (fósseis) poderá ser uma peça-chave para viabilizar os demais objetivos centrais da sua estratégia. Afinal, a China foi em 2024 a maior importadora mundial de petróleo e seus gases: respectivamente 21,52% e 17,71% dos totais, gastando cerca de 288 bilhões de dólares para obtê-los. Quase a metade do seu petróleo importado e cerca de 20% dos seus gases vieram do Golfo Pérsico. Portanto, a região não é apenas o principal “gargalo” do abastecimento global de combustíveis fósseis, com cerca de 20% dos fluxos mundiais; é também, e ainda mais, o principal “gargalo” do abastecimento chinês.

Consequentemente, o aumento da participação e do poder dos Estados Unidos sobre as fontes globais lhes forneceria meios mais eficazes para comprometer o abastecimento energético chinês. E não apenas isso, pois também lhes daria um poderoso instrumento de pressão sobre outros países altamente necessitados desses suprimentos. Por exemplo, em 2024 o Japão obteve mais de 90% do seu petróleo do Golfo Pérsico. A Coreia do Sul, quase 70%; e quase ¼ dos seus gases. Os europeus, que obtiveram cerca de 10% do seu petróleo do Golfo e quase 20% dos Estados Unidos, dependeriam ainda mais dos últimos. Idem para os seus gases, 13,52% dos quais vieram dos Estados Unidos; 30%, da Noruega; e 12,15% (ainda) da Rússia. Em suma, para esses países, a “perda” do Golfo Pérsico agravaria ainda mais um quadro já decorrente da guerra da Ucrânia: uma necessidade crescente dos próprios Estados Unidos para o seu abastecimento energético.

Portanto, a desarticulação do Golfo Pérsico como principal fornecedor mundial de petróleo e seus gases e a sua almejada substituição pelos Estados Unidos poderá representar uma possibilidade concreta, para o segundo governo Trump, de avançar diferentes objetivos centrais da sua NSS, ampliando o poder

dos Estados Unidos tanto em relação à China quanto aos seus principais aliados, muitas vezes, reticentes em seguir as suas diretrizes. Assim, a guerra do Irã avançaria o “nexo energético” da nova geoestratégia por ela delineada. Vale ressaltarmos, porém, que tal estratégia não está isenta de riscos. Em primeiro lugar, a China possui atualmente um abastecimento consideravelmente diversificado em termos geográficos, com grandes fontes fora do Oriente Médio como a Rússia; Austrália e Ásia Central (gás natural); Brasil, Angola e outros países da África ocidental (petróleo). Além disso, também vem trabalhando para reduzir a sua dependência de combustíveis fósseis ao avançar consideravelmente na geração de energias renováveis e na eletrificação dos seus veículos, setores nos quais é líder mundial indisputável. Ou seja, embora exista uma vasta gama de aplicações industriais para as quais o petróleo e seus gases permanecerão insubstituíveis, a tentativa de “estrangulamento” do abastecimento energético da China poderá fracassar.

Em segundo lugar, o prolongamento do conflito torna a situação doméstica de Trump cada vez mais precária. Segundo as pesquisas de opinião pública, a guerra no Irã é crescentemente impopular e rejeitada por grande parte dos estadunidenses. Grandes próceres do próprio movimento *MAGA* (*Make America Great Again*), como o ex-âncora de televisão Tucker Carlson, se insurgiram contra ela e vêm lhe fazendo oposição ostensiva ao criticar as motivações e a aparente falta de objetivos do governo; e mesmo apontando uma “subserviência” de Trump a Israel. Finalmente, os preços dos combustíveis também têm subido fortemente nos Estados Unidos, gerando temores de inflação generalizada às vésperas das eleições de meio de mandato em novembro deste ano, que renovarão grande parte do Congresso. Uma derrota republicana acachapante poderá se revelar comprometedora da funcionalidade, se não mesmo da continuidade, do seu governo.

Por fim, vale lembrar que as monarquias exportadoras de petróleo e seus gases do Golfo Pérsico vêm cumprindo, há décadas, um papel central na

hegemonia do dólar dos Estados Unidos no sistema financeiro internacional, por sua vez, um pilar indispensável na sua supremacia financeira, tecnológica e militar global. Por um lado, a denominação e a comercialização dos seus recursos em dólares garantem uma demanda internacional incessante por eles; por outro, seus rendimentos multibilionários, investidos preferencialmente no sistema bancário e nos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, contribuem significativamente para financiar a trilionária dívida pública estadunidense e para capitalizar seu sistema financeiro, configurando a chamada “reciclagem dos petrodólares”. Como ficarão as alianças entre as monarquias do Golfo Pérsico e os Estados Unidos diante dessa, até aqui, patente incapacidade das forças estadunidenses de protegê-las, submeter o Irã e assegurar o livre fluxo marítimo no Estreito de Ormuz? O que será feito dos “petrodólares” caso o Golfo Pérsico não retorne ao *status quo* anterior? Estarão sendo criadas condições que viabilizem ou generalizem sistemas de abastecimento energético alternativos, por exemplo, baseados em preços, vendas e investimentos denominados na moeda chinesa? Portanto, não se pode descartar a possibilidade de que esta guerra e suas consequências produzam efeitos que escapem, talvez inteiramente, aos intuitos e controles dos Estados Unidos.